

DOSSIÊ:

LITERATURAS AFRICANAS DE
LÍNGUA PORTUGUESA

E

O PÓS-INDEPENDÊNCIA, DA
PASSAGEM DO TEMPO E SUAS
HISTÓRIAS:

AS LITERATURAS AFRICANAS DE
LÍNGUA PORTUGUESA HOJE

Nação Crioula, de José Eduardo Agualusa: romance epistolar e identidade comunitária

José Eduardo Agualusa's *Nação crioula*: epistolary
novel and communal identity

AGNÈS LEVÉCOT *

Resumo: No romance epistolar intitulado *Nação crioula*, José Eduardo Agualusa retoma intertextualmente a personagem de Fradique Mendes por meio de *mises en abyme* múltiplas. Fazendo-lhe viver e descrever na sua (outra) correspondência as aventuras tricontinentais evocadas no prototexto de Eça de Queirós, o autor faz uma revisão irônica da história colonial de Portugal, indagando as interrelações entre identidade individual e identidade coletiva: o relato da experiência da personagem questiona a construção identitária, ao mesmo tempo de um indivíduo, de uma nação, de uma comunidade linguística e, *in fine*, a própria identidade do autor.

Palavras-chave: Epistolar, ficção historiográfica, colonização, identidade, lusofonia.

Abstract: In the epistolary novel entitled *Nação Crioula*, José Eduardo Agualusa revisits the character named Fradique Mendes intertextually through multiple *mises en abyme*. Making him live and describe in his (other) correspondence the tricontinental adventures evoked in Eça de Queiros' prototext, the author makes an ironic revision of Portuguese colonial history, examining the interrelations between individual identity and collective identity. The account of the character's experience questions identity construction whilst also considering an individual, a nation, a linguistic community and, *in fine*, the author's own identity.

Keywords: Epistolary, historiographic fiction, colonization, identity, lusophony.

*Sorbonne Nouvelle Paris 3.

Le concept d'autobiographie résonne comme «l'autre-biographie». Il ne s'agit pas d'autocentrement : le moi est un peuple... (Hélène Cixous, 2002: 26)

Narrativa epistolar escrita na primeira pessoa, o romance *Nação Crioula*, de José Eduardo Agualusa, é construído a partir de *mises en abyme* múltiplas. Primeiramente, a sua personagem principal é Fradique Mendes, figura criada por Eça de Queirós e o seu círculo de amigos. Partindo das referências às viagens de Fradique evocadas pelo escritor português, J. E. Agualusa fá-lo reproduzir o percurso dos Portugueses nos tempos do comércio triangular entre África, Brasil e Portugal, três espaços a partir dos quais o protagonista envia cartas dirigidas a três pessoas: à sua madrinha e confidente, Madame de Jouarre, também presente na obra de Eça de Queirós; ao próprio escritor com quem ele corresponde regularmente; e, por fim, à Ana Olímpia, personagem criada pelo autor angolano, com quem Fradique acabará por casar.

O autor angolano prolonga portanto a vida literária de Fradique Mendes ampliando a sua personalidade a partir da invenção de uma correspondência cujos dados espaço-temporais são idênticos aos do prototexto: de 1867, data em que Eça de Queirós é suposto ter conhecido a obra de Fradique Mendes, até 1888, data em que o faz morrer. Assim sendo, J. E. Agualusa serve-se do texto do autor português como de um documento autêntico (cf. Herman, 1989: 121), alimentando a incerteza à volta da real existência desta personagem tornada mítica.

Dum ponto de vista agora temático, através desta correspondência, o autor desenvolve uma forte crítica à política colonial portuguesa e analisa, em toda a sua complexidade a questão da escravatura, respondendo a uma reflexão de Fradique-Eça que, pouco antes da sua morte, explica ironicamente que espera um novo Cristo para resolver a questão dos escravos (*CFM*, 96).¹ A crítica política faz-se cada vez mais violenta à medida que a personagem se empenha na luta

1 Usamos as abreviações seguintes: *CFM*: *Correspondência de Fradique Mendes*, Eça de Queirós, Lisboa, Biblioteca Editores Independentes (Livro de Bolso). *NC*: *Nação Crioula, a correspondência secreta de Fradique Mendes*, José Eduardo Agualusa, Lisboa, Dom Quixote, 6ª ed., 2008.

abolicionista até que, na sua última carta, nega ao seu amigo escritor o pedido que este lhe fez para ele escrever um artigo sobre a situação de Portugal em África para a sua *Revista de Portugal*, argumentando que a ação de Portugal nesse continente é incoerente, indigna e portanto indescritível: “Receio, meu bom amigo, não ser do interesse de Portugal que o mundo conheça a presente situação das nossas colónias. Nós, Portugueses, estamos em África por esquecimento” (NC, 129).

Paralelamente à dimensão histórico-política, o percurso tricontinental da personagem questiona a construção identitária ao mesmo tempo de um indivíduo, de uma nação e de uma comunidade linguística (lusófona) e, *in fine*, a própria identidade do autor. O nosso estudo tentará portanto mostrar como esta escrita do ‘eu’ remete para uma múltipla (re)construção identitária, analisando como os diversos graus de *mise en abyme* criam uma forte tensão entre ficção e realidade, tensão a partir da qual o autor implicado convida o leitor a questionar a história duma comunidade por meio da história de uma personagem.

A intertextualidade com o texto de Eça de Queirós desmultiplica-se de maneira elipsoidal e abissal: ela vai da mera retoma de elementos biográficos da personagem do prototexto, até à *mise en abyme* ao mesmo tempo intertextual e intratextual, narrativa, enunciativa e ficcional.

A *mise en abyme* mais evidente pode ser considerada, conforme a terminologia de Lucien Dällenbach, como “aporística” (Dällenbach, 1977: 51): a personagem inventada do prototexto vira pessoa real, já que, de objeto epistolar na primeira parte do romance de Eça de Queirós, é revertido por Agualusa em sujeito epistolar (Fradique Mendes relata-se na primeira pessoa do singular). Esta inversão da enunciação, analisada por L. Dällenbach como “presentificação diegética” (Dällenbach, 1977: 100) tanto evidencia a produção e a recepção do relato, como também reflete o contexto que condiciona esta recepção. Com efeito, e paradoxalmente, o fato de Fradique assumir agora a sua própria história reenvia o leitor menos à caracterização da personagem, que metonimicamente pode representar uma das vertentes da sociedade portuguesa novecentista, do que ao contexto em que Agualusa a faz evoluir: o império colonial português.

Além de o Fradique-Agualusa enviar as suas missivas a partir de três espaços lusófonos a que se refere o prototexto, o autor angolano retoma muitos outros elementos biográficos do Fradique-Eça, começando pela sua ascendência nobre

que remonta ao tempo dos descobrimentos:

Descendia por varonia do navegador D. Lopo Mendes, filho segundo da casa da Troba, e donatário de uma das primeiras capitânias criadas nas Ilhas por começos do século XVI (*CFM*: 14).

Veio depois Afonso Henriques, vieram gerações de marinheiros e navegantes, os Açores foram descobertos e povoados, e nasci eu (*NC*: 42)

A reutilização de elementos da vida de Fradique-Eça passa pelas referências mais inesperadas, no entanto reproduzidas quase exatamente, como por exemplo os seus gostos em matéria gastronômica:

Só uma ocasião, nesta especialidade considerável, o vi plenamente satisfeito. Foi numa taverna da Mouraria (onde eu o levava), diante dum prato complicado e profundo de bacalhau, pimentos e grão-de-bico" (*CFM*: 83).

[...] lembrou-se da mouraria e da taverna [...] Veio o bacalhau, esplêndido, com o grão-de-bico, os pimentos, a salsa fresca, e nós calámo-nos para celebrar este grande momento." (*NC*: 109)

Deparamo-nos também com o seu laçao escocês Smith, que o acompanha por toda a parte e que aparece, logo no início do romance, na cena carnavalesca do desembarque em Luanda. Smith, cuja principal função, qual um barbeiro de Sevilha, consiste em ler os jornais ao seu amo:

[...] Smith, que como barbeiro (afirmava Fradique), reunia a ligeireza macia de Fígaro à sapiência confidencial do velho Oliveiro de Luís XI. E, com efeito, enquanto o ensaboava e escanhoava, Smith ia dando a Fradique um resumo nítido, sólido, todo em factos, dos telegramas políticos do *Times*, do *Standard* e da *Gazeta de Colónia!* (CFM: 89)

Neste convívio [Smith] recolhe o noticiário da cidade e assim também em Angola posso, todas as manhãs, “ler o Smith” (NC: 13)

Fora essa retoma temática, que poderíamos desenvolver estabelecendo, por exemplo, um paralelo entre as viagens de Fradique-Eça e as de Fradique-Agualusa, observamos também uma *mise en abyme* intratextual: as cartas de Fradique Mendes revelam apenas uma parte da sua história e, o que foi primeiramente ocultado, é depois desvendado na última carta do romance escrita por Ana Olímpia. A viúva de Fradique envia a Eça de Queirós uma missiva em que comenta a decisão do autor português em publicar a correspondência do seu esposo falecido: “Em 1888 recebi uma carta sua informando-me que tencionava publicar em livro, a correspondência de Carlos Fradique Mendes” (NC: 135). Mas, sobretudo, ela preenche as lacunas dos episódios relatados por seu marido e sublinha que as cartas dele constituem o reflexo inverso da sua vida: “Não é a história da minha vida. É a história da minha vida contada por Fradique Mendes” (NC: 136). Finalmente, por *mise en abyme* escritural, ela anuncia o envio das cartas que, ficcional e intertextualmente, nunca foram recebidas pelo escritor português e que acabam constituindo a própria matéria do romance: “As suas cartas [de Fradique] podem ser lidas como os capítulos de um inesgotável romance, ou de vários romances” (NC: 136). Este procedimento, explica Gérard Genette, trabalha “a fronteira movediça mas sagrada entre dois mundos: aquele *donde* se conta e aquele *que* se conta” (Genette, 2000: 245). Entre os dois lados da fronteira, a *mise en abyme* tece uma rede de relações por vezes difíceis de distinguir porque, segundo alguns teóricos como Philippe Daros, ela resulta menos duma vontade de persuasão do que de “um dispositivo retórico que pretende sublinhar a complexidade da nossa relação ao passado, ao nosso presente, por causa da sua anacronia interna e relativa um ao outro” (Daros,

2005: 322). Veremos mais avante os pormenores desta complexificação da relação entre passado e presente na obra estudada.

Acrescentemos por enquanto que essa desmultiplicação de *mises en abymes* enunciativas e ficcionais multiplica igualmente os pontos de vista sobre os acontecimentos relatados e ativa o questionamento sobre a noção de verdade que a nossa personagem opõe à noção de literatura, eterno debate também retomado do texto de Eça de Queirós: “[...] naquilo que Ana Olímpia diz brilha a luz esplêndida da verdade, enquanto que na boca dos nossos bem intencionados filantropos arde apenas a frágil lamparina da retórica. É a distância que vai entre a Vida e a literatura. E eu prefiro a vida” (NC: 120).

Nas duas obras, a personagem-narradora afirma, aliás, que não quer fazer literatura, ainda menos escrevendo sobre a África:

— Fradique! por que não escreve você toda essa sua viagem à África?

[...]

— Para quê? . . . Não vi nada na África, que os outros não tivessem já visto.

[...] Fradique quase se impacientou:

— Não! Não tenho sobre a África, nem sobre coisa alguma neste Mundo, conclusões que, por alterarem o curso do pensar contemporâneo, valesse a pena registrar... Só podia apresentar uma série de impressões, de paisagens. E então pior! [...] Eu não sei escrever! Ninguém sabe escrever! (CFM: 106)

Não, não faço literatura. E também não tenciono, nem agora nem nunca, escrever memórias. Aquilo que de mais interessante aconteceu na minha vida foram as vidas das outras pessoas.” (NC : 119)

O uso do gênero epistolar reforça esta ideia: imitando certos aspectos da carta real, a carta fictícia introduz no romanesco a ilusão do real, e a procura de verossimilhança induz o seu autor em recorrer a efeitos do real. Fora a referência a nomes de locais existentes (Luanda, Novo Redondo, Olinda, Lisboa, Paris), acompanhados por pormenores toponímicos e por datas que ancoram a corres-

pondência numa temporalidade precisa, Agualusa alude a personagens e acontecimentos históricos da época: David Livingston (NC: 26), o decreto de 1868 do Marquês Sá da Bandeira a favor da abolição (NC: 50), ou ainda a edificação de Olinda por Duarte Coelho Pereira (NC: 65), para citar apenas alguns exemplos. Se, portanto, nos posicionarmos do lado da realidade, somos levados a considerar esta personagem como sujeito epistolar testemunho daquilo que vê, ouve, sente² e experimenta, o conjunto das suas cartas aparentando-se então a um diário de viagem.³ Assim sendo, enquanto sujeito-testemunha, as suas relações com outrem e o contexto socio-histórico constituem princípios que estruturam a sua autorrepresentação e a sua autodescoberta como sujeito-escritor: conta o outro para se reconhecer a si-próprio. Esta narrativa epistolar pode então ser lida como um romance de aprendizagem, pois a evolução do protagonista transparece nos seus ditos e escritos. Neste caso é o relato que constrói a identidade da personagem e, como o demonstrou Paul Ricœur em *Soi-même comme un autre*, a identidade da história é que faz a identidade da personagem (Ricœur, 1990: 175). À medida que avançamos na leitura, podemos de fato constatar a sua evolução. Correspondendo, inicialmente, à imagem que Eça de Queirós deu do seu herói, pouco a pouco vai abrir-se às culturas exógenas que as suas viagens lhe fazem descobrir, assim como ao debate sobre a abolição da escravatura.

A confrontação com uma realidade outra começa logo quando da sua chegada a Luanda: o seu estatuto superior de representante da nação colonizadora é maltratado pelas dificuldades do desembarque, e o seu olhar sobre o país que descobre continua extremamente eurocentrado: “Desembarquei ontem em Luanda às costas de dois marinheiros cabindanos. Atirado para a praia, molhado e humilhado, logo ali me assaltou o sentimento inquietante de que havia deixado para trás o próprio mundo” (NC: 9). Pouco a pouco, no entanto, vai interessar-se pela cultura local e impregnar-se do debate político acerca da escravatura até abraçar a causa abolicionista. O autor confortará o seu estatuto de personagem real e atuante quando, na sua última carta, Fradique intima a Eça de Queirós a ordem de lançar boatos alarmistas para fazer reagir os ingleses contra o tráfico

2 O olfato é um sentido particularmente desenvolvido em Fradique-Agualusa, pormenor que remete inevitavelmente para o preconceito europeu sobre os Africanos.

3 A este propósito, ver Philippe Lejeune, “Signes de vie”. In *Le pacte autobiographique 2*. Paris: Seuil, 2005, p. 161-7.

negreiro.

Envie dia após dia relatórios alarmistas, mostrando como a questão da escravatura domina a opinião pública no Reino Unido. Diga-lhes que é urgente tomar medidas efectivas para acabar com o que resta do tráfico negreiro. Insinue que a armada britânica estuda um bloqueio total ao Brasil. Diga-lhes que se fala num boicote ao Vinho do Porto. Enfim, aborreça-os, aterrorize-os. (NC: 120)

Doravante ancorado na realidade, já não se deixa manipular pelo seu criador e recusa-lhe o artigo que este lhe encomendou: “A minha resposta é não. Não, não posso escrever para a tua revista um artigo sobre ‘A Situação Actual de Portugal em África’” (NC: 129).

O relato de Agualusa apresenta assim os conhecimentos adquiridos por Fradique e os saberes que ele “metabolizou” por meio do seu percurso para “dar novas orientações à sua vida” (Dominicé, 1990: 150-1). Esta personagem evidencia assim as palavras de Wilhem Dilthey, citado por George Gusdorf, que afirma que “todas as questões relativas ao valor da história se solucionam no fato de a história permitir que o homem se construa a si-próprio” (Gusdorf, 1991a: 250). No entanto, enquanto a forma epistolar abre o romance à experiência subjetiva, aqui o epistoleiro usa um ‘eu’ que descreve uma realidade exterior, embora acabe por fundir-se nela. Ora, se partirmos do princípio, como G. Gusdorf, que “cada testemunho de si é ao mesmo tempo testemunha da época, a diferença sendo apenas uma questão de mais ou menos” (Gusdorf, 1991b, p. 304), podemos afirmar que, deste jogo epistolar resulta uma dialética entre aproximação e distanciação, entre identidade individual e identidade coletiva, entre escrita do ‘eu’ e escrita da história.

É neste momento que a nossa reflexão ingressa na dimensão historiográfica deste romance epistolar. Pois, explica ainda G. Gusdorf, “o Eu e a Época formam um conjunto indissociável; servem-se mutuamente de forma e fundo” (Gusdorf, 1991b: 305). A retórica epistolar põe-se então ao serviço da história; o epistoleiro fazendo-se, voluntária ou involuntariamente, testemunho dos acontecimentos do passado: testemunha sobre a história do seu tempo, neste caso menos sobre os acontecimentos do que sobre as mentalidades e as representações dos ditos acontecimentos, abrindo para um questionamento mais largo acerca de

uma realidade histórica comum a três continentes – a história da colonização portuguesa e da escravatura.

A descrição da sociedade colonial, feita a partir do olhar pseudo-objetivo e aparentemente ingênuo do epistoleiro testemunho, esconde evidentemente o discurso irônico do autor que, como em numerosas narrativas pós-coloniais e pós-modernas, dá ao seu relato um tom paródico: à grandeza exaltada do Portugal de ideologia colonial responde a desmitificação e a trivialização da sua pretendida ação civilizadora. Assim, por exemplo, o olhar observador do baile do governador apresenta uma sociedade colonial afogada nas suas contradições, sublinhadas no texto por uma enumeração de categorias sociais antinômicas: “Nos salões do palácio misturam-se comerciantes honestos e criminosos a cumprir pena de degredo, filhos-do-país e louros aventureiros europeus, escravocratas e abolicionistas, monárquicos e republicanos, padres e maçons.” (NC: 19). O autor lembra, assim, a complexidade e os paradoxos do processo de povoamento das colônias: muitos colonos, escondendo o seu verdadeiro nome e ostentando um título ‘demasiado nobre’, são, na realidade, portugueses degredados. É o caso do anfitrião de Fradique em Luanda, o Coronel Arcénio Pompílio Pompeu de Carpo, cujo nome caricatural esconde que ele foi “degredado para Angola por crime de pensamento (diz ele), ou comum (murmuram os seus inimigos)” (NC: 10). Ele possui uma propriedade com todas as características da fazenda brasileira, com a sua “casa grande” e o seu pelourinho – que afirma nunca usar para castigar os escravos –, assim como entrepostos que contêm numerosas riquezas: “Armazéns cheios de marfim, de borracha e de cera” (NC: 11). Fradique também presencia e relata cenas que ridicularizam os europeus e denunciam a sua presunção: “Vi, inclusive, um jovem cavalheiro atravessar a rua para comprar um repolho no mercado em frente, e voltar depois, muito esticado, muito digno, seguido de um enorme negro com o seu cesto de verga à cabeça, e dentro dele... o repolho!” (NC: 88).

Mas a principal contradição desta sociedade encontra-se nas discussões sobre questão da escravatura:

A questão da escravatura é sempre motivo de exaltado debate nestes saraus, em que poucos defendem a continuidade do velho sistema e a larga maioria se bate pela abolição; entre estes contam-se muitos em cujas casas existe ainda

numerosa escravaria, e quase todos são filhos de comerciantes implicados no tráfico negreiro. (NC, 38)

Embora muitos donos se declarem favoráveis à abolição, a prática de atos escravagistas perpetua-se muitas vezes justificada por argumentos econômicos – a contribuição para o desenvolvimento do Brasil (NC: 11) –, mas também e paradoxalmente por argumentos filantrópicos: compram-se escravos para evitar-lhes piores condições: “Ao comprar um escravo, estou-lhe a salvar a vida. Em sua opinião, o tráfico negreiro era uma forma de filantropia. Ele, como o pai, ama os negros e só por isso os vende para o Brasil. (NC: 62) . Na sua última carta a Eça de Queirós, o epistoleiro, e por meio dele o autor, denuncia portanto os excessos, os paradoxos, e sobretudo o fracasso da missão civilizadora do estado colonial português: “A nossa presença em África não obedece a um princípio, a uma ideia e nem parece ter outro fim que não seja o saque dos africanos” (NC: 130). Pela paródia e a carnavalização, critica a incompetência dos governantes portugueses. Reduz por exemplo a presença portuguesa na África ao tamanho do bacilo de Koch –, descoberto naquela altura (NC: 132) – e a vontade de civilizar e de evangelizar a um simples instinto biológico de propagação da raça: “Estamos em África na América e no Oriente pelo mesmo motivo por que os fungos se alastram e os coelhos copulam – porque no íntimo sabemos (o nosso sangue sabe-o) que colonizar é sobreviver!” (NC: 131). E muito sinteticamente, a desmitificação da gesta portuguesa cabe toda na referência sinedótica aos “pastéis de Belém”, relacionada posteriormente à evocação das caravelas: “Atrever-me-ia a sugerir, como primeira e urgente medida, que se mudasse para Luanda a capital do reino, o rei e a corte, a Câmara dos Deputados, todos os ministérios e, naturalmente, os pastéis de Belém” (NC: 131).

Continuando num espírito carnavalesco e paródico, o autor apresenta-nos as traseiras do palco da sociedade colonial. Como acabamos de ver, procede à inversão dos valores e, por isso, à revalorização dos esquecidos desta história, começando por realçar a importância que tiveram os escravos na construção do Brasil: “Os negros carregam o Brasil. Nas cidades nada se move sem eles, nada se faz ou constrói, e nos campos coisa alguma se cultiva sem a sua força” (NC: 88). Por detrás da máscara da sua personagem, agrada-lhe explorar a história da escravatura de um ponto de vista inverso ao da história oficial. Resume as suas origens, sublinha os horrores cometidos e sofridos, comenta a evolução do trá-

fego negreiro. Conta, por exemplo, como os escravos viveram a alforria, ou lembra a origem deste ou doutro escravo, como Cornélio, o velho ‘hausa’ de quem recolhe as palavras – ou ainda a história mal conhecida das revoltas de escravos (NC, 86). E denuncia o círculo infernal do processo e o *dictat* econômico, a que os escravos não podem escapar: morrem antes de poderem pagar suas dívidas e gozar a liberdade recuperada.

Os carregadores de café, cujo labor exaustivo se acompanha de grandes ganhos, podem em apenas dez anos comprar a própria liberdade. Poucos porém, vivem o suficiente para isso, e o dinheiro que entretanto acumularam vai directamente para o bolso dos seus senhores. (NC: 89)

O projeto de desmitificação, no entanto, vai para além da simples crítica: a configuração e refiguração das experiências relatadas na correspondência de Fradique Mendes não são apenas as da instância escritural, do sujeito de enunciação, da autobiografia, mas também as de um biógrafo transnacional, o autor concebendo os três espaços atravessados como um mundo global, o da lusofonia. Neste romance, reconhecemos, portanto, a capacidade, sublinhada por Pierre Bourdieu, que possui a escrita literária, de “concentrar e condensar na singularidade concreta duma figura sensível e duma aventura individual, funcionando ao mesmo tempo como metáfora e como metonímia, toda a complexidade duma estrutura e duma história que a análise científica tem que desdobrar laboriosamente” (Bourdieu, 1992: 48). Esta ideia é filosoficamente reformulada por Ricœur, quando ele afirma que

a noção de identidade narrativa mostra a sua fecundidade no fato de aplicar-se tanto à comunidade quanto ao indivíduo. Pode-se falar da ipseidade de uma comunidade, como se fala – como acabamos de falar – da ipseidade de um sujeito individual: indivíduo e comunidade constituem a sua identidade recebendo relatos que se tornam, para um como para outro, a sua história efetiva. (Ricœur, 1985: 442)

Vê-se assim como, ao desenvolver a identidade narrativa da personagem de Eça de Queirós e ao reinventar a sua correspondência, Agualusa remete o leitor para o contexto em que ele próprio viveu. De fato, regressando ao passado de

várias nações lusófonas, por meio de uma história tricontinental, o escritor angolano, após ter desconstruído a imagem mítica de uma nação colonizadora e civilizadora, parece procurar reconstruir positivamente as consequências da política colonial portuguesa, avançando a ideia de uma possível construção identitária comum.⁴ Como sublinha efetivamente Ricœur, “é comparando uma coisa com ela própria em tempos diferentes que formamos as ideias de identidade e de diversidade” (Ricœur, 1990: 151). Por outro lado, segundo Homi Bhabha, questionar as noções de solidariedade e de comunidade do ponto de vista intersticial permite “uma maior força política e o alargamento da causa multicultural” (Bhabha, 2007: 32). As diferenças sociais não são apenas vividas no quadro de uma tradição cultural já autenticada, “são o sinal da emergência duma comunidade encarada como projeto – visão ao mesmo tempo que construção – que nos leva até ao ‘além’ para regressarmos melhor, num espírito de revisão e reconstrução, às condições políticas do presente” (Bhabha, 2007: 32).

Revisitando o passado histórico dos países lusófonos à luz do presente, Agualusa faz ressaltar duas noções que também defende nas suas entrevistas:⁵ numa visão que não deixa de ser utópica, parece acreditar no advento duma identidade coletiva biológica e culturalmente mestiçada, assim como no porvir duma comunidade linguística. Da união de duas personagens, Fradique Mendes e Ana Olímpia, respectivamente europeu e africana, nasce Sophia, personagem simbólica das interidentidades resultantes da história das colônias portuguesas. Ela carrega em si a complexidade da hibridez, exemplificando o pensamento de Bhabha segundo quem “é da emergência dos interstícios – no encavalar e o deslocar dos domínios de diferença – que se negociam as experiências intersubjetivas e coletivas de pertença a uma nação, de interesse comum ou de valor cultural” (Bhabha, 2007: 30). O nome da criança não foi portanto escolhido por acaso, já que etimologicamente remete para a noção de sabedoria.

4 A este propósito, Agualusa responde a um jornalista que lhe pede para comentar a palavra “lusofonia”: “Nunca gostei da palavra, que me parece pobre e mal-amanhada, mas acredito no sentido dela: acredito, como Agostinho da Silva, que estamos no limiar de um tempo novo, de um grande encontro, resultante desse trânsito intenso de ideias e de pessoas entre todos os países onde se fala a nossa língua. Uma nova relação, sem dominantes, nem dominadores, como espaço aberto à troca e à partilha. Uma fraternidade de língua. Uma fraternofonia”. (*Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 2a 15/5/2012, p. 7)

5 Comentando o seu último romance, *A Rainha Ginga*, Agualusa sublinha: “este tempo histórico é fundamental para o que vivemos hoje” (*Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 28/5 – 10/6/2014, p. 7.)

Finalmente, essa dimensão interidentitária reenvia-nos inevitavelmente para a individualidade do autor que, nascido em Angola, de pais portugueses, vive e escreve entre Angola, Portugal e o Brasil. Podemos então perguntar-nos em que medida biografia e autobiografia geram-se uma na outra na obra de Agualusa, fazendo da personagem de Fradique uma espécie de *alter ego* do autor e, deste romance, uma autoficção retrospectiva que (e citamos aqui Bruno Blanckeman), “habituada a fazer do sujeito uma instância movediça, se escreve no entre-dois das palavras, dos relatos e dos gêneros” (Blanckeman, 2002: 113). Isto é, acrescentamo-nos nos interstícios da expressão literária.

Esta escrita do ‘eu’ é, portanto, um tecer de histórias contadas em que se enovelam singularidade e coletividade; é nos interstícios deste entrelaçar que Agualusa (re)tece a sua história, escrevendo a dos outros, daqueles que, a partir da sua vida individual, construíram e/ou poderão construir uma identidade comunitária plural.

“Escrever é um exercício de alteridade. O escritor todos os dias se coloca na pele do outro [...] Descobre-se assim, muito rapidamente, que o outro não é muito diferente de nós”. (Agualusa, 2012: 8)

Referências

- AGUALUSA, José Eduardo. *Nação Crioula: A Correspondência Secreta de Fradique Mendes* 6ª edição. Lisboa: Dom Quixote, 2008.
- _____. José Eduardo Agualusa. Uma metáfora improvável. In *Jornal de Letras, Artes e Ideias*. Lisboa, 2 a 15 de Maio de 2012.
- _____. José Eduardo Agualusa. No reino de sua majestade. Entrevista de Luís Ricardo Duarte. In *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, 28/5 – 10/06/2014.
- BHABHA, Homi K. *Les lieux de la culture*. Trad. 2007. Paris: Ed. Payot, 1994.
- BLANCKEMAN, Bruno. *Les fictions singulières: étude sur le roman français contemporain*. Paris: Prétexte Editeur, Critique, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *Les Règles de l'Art*. Paris: Ed. du Seuil, 1992.
- CIXOUS, Hélène. Les écritures du moi. In *Le Magazine Littéraire*. Paris, mai 2002, n. 409.
- DÄLLENBACH, Lucien. *Le Récit Spéculaire*. Paris: Editions du Seuil, 1977.
- DAROS, Philippe. Effets de cadre et anachronie de la représentation. In *Métalepses*. Entorses au pacte de la représentation, sous la direction de John Pier et Jean-Marie Schaeffer. Paris: Edition de l'Ecole des Haute Etudes en Sciences Sociales, 2005.
- DOMINICÉ, Pierre. *L'histoire de la vie comme processus de formation*. Paris: L'Harmattan, 1990.
- GENETTE, Gérard. *Figures III*. Paris: Editions du Seuil, 1972/2000.
- GUSDORF, Georges. *Lignes de vie 1. Ecritures du moi*. Paris: Odile Jacob, 1991a.
- _____. *Lignes de vie 2. Auto-bio-graphie*. Paris: Odile Jacob, 1991b.
- HERMAN, Jan. *Le mensonge romanesque: Paramètres pour l'étude du roman épistolaire en France*. Amsterdam: Rodopi/Leuven University Press, 1989.
- LEJEUNE, Philippe. Signes de vie. In *Le pacte autobiographique 2*. Paris: Seuil, 2005.
- QUEIRÓS, José Maria Eça de. *Correspondência de Fradique Mendes*. Lisboa: Biblioteca Editores Independentes (Livro de Bolso).
- RICŒUR, Paul. *Temps et récit III. Le Temps Raconté*. Paris: Seuil, Col. Points Essais, 1985.
- _____. *Soi-même comme un autre*. Paris: Seuil Folio Essais, 1990.